



GOVERNO DE SERGIPE

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - ADEMA

LICENÇA PRÉVIA DE PERFURAÇÃO

No: 47/2014

EMPRESA/EMPREENDEDOR: CARMO ENERGY S.A.

C.N.P.J / CPF: 41955491000292

ATIVIDADE LICENCIADA: POÇO: 3-CP-1875-SE

ENDEREÇO DO EMPREENDIMENTO/EMPREENDEDOR: AREA RURAL, ZONA RURAL, ROSÁRIO DO CATETE, SE

ESTA LICENÇA AUTORIZA A OPERAR INSTALAÇÕES E/OU EQUIPAMENTOS NAS SEGUINTE CONDIÇÕES:

1. Esta Licença Prévia de Perfuração-LPper visa à execução de trabalhos para a perfuração do poço exploratório terrestre vertical de extensão 3-CP-1875-SE, na Bacia Sedimentar de Sergipe/Alagoas, localizado no Campo de Carmópolis, na Fazenda João Pereira, no município de Rosário do Catete, no ponto georeferenciado das coordenadas DATUM SIRGAS 2000, Projeção UTM – Meridiano Central = -39 (N= 8.811.879,72 °E =711.932,23).
2. Esta licença deverá ser encaminhada para publicação em conformidade com a Resolução Conama nº 06/86, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de sua expedição, devendo ser encaminhada cópias das publicações a Adema.
3. A empresa deverá requerer a renovação da Licença Prévia de Perfuração, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração do prazo de validade desta licença.
4. A realização dos trabalhos para a perfuração do poço exploratório terrestre vertical de extensão 3-CP-1875-SE, na Bacia Sedimentar de Sergipe/Alagoas, localizado no Campo de Carmópolis, na Fazenda João Pereira, no município de Rosário do Catete fica condicionada a liberação da área envolvida pelo(s) proprietário(s) superficiários.
5. A empresa deverá manter a integridade das Áreas de Preservação Permanente – APP, conforme preconiza a Lei Federal nº. 12.651/12.
6. O sistema de produção e escoamento de fluidos utilizados na perfuração do poço exploratório terrestre vertical de extensão 3-CP-1875-SE, na Bacia Sedimentar de Sergipe/Alagoas, localizado no Campo de Carmópolis, na Fazenda João Pereira, no município de Rosário do

- Catete deverá ser do tipo fechado com recirculação permanente entre o reservatório e os tanques de armazenamento.
7. Todo escoamento de óleo deverá ser feito por duto revestido como forma de minimizar a ocorrência de acidentes.
 8. Deverão ser aplicadas todas as medidas mitigadoras, de proteção contra poluição, e implementados os Programas de Controle e Monitoramento, abaixo relacionados:
 - Programa de Educação Ambiental.
 - Programa de Ação de Emergência.
 - Programa de Controle da Poluição.
 - Programa de Controle de Propagação de Ruído.
 9. A empresa deverá instalar sanitários químicos no local de trabalho de acordo com as necessidades que se apresentarem perante o seu quadro efetivo.
 10. As empresas transportadoras de resíduos sólidos e/ou líquidos deverão ser devidamente licenciadas pelo órgão ambiental competente.
 11. A empresa fica permanentemente vetada de:
 - Acender fogueiras no local dos serviços, bem como a elaboração de alimentos para refeições, devendo toda a alimentação fornecida ser de origem externa.
 - Realizar obras de infra-estrutura no local dos serviços.
 12. A empresa deverá dar tratamento e acondicionamento dos resíduos originados pela atividade, como também dos domésticos, que deverão ter destinação de acordo com a especificação do material.
 13. Toda a área da locação do poço e o seu acesso deverão ser sinalizados, em conformidade com a necessidade de advertir e educar a comunidade nas proximidades do empreendimento.
 14. A empresa se responsabilizará por quaisquer derramamentos de óleos, graxas e outro qualquer contaminante, pelo que adotará todas as medidas cabíveis, a fim de prevenir acidentes.
 15. A empresa constatando a inviabilidade do poço deverá requerer uma Autorização Ambiental com a apresentação de um Relatório de Encerramento das Atividades, com os motivos, procedimentos de abandono de poço conforme Portaria ANP nº 25/02 – anexo – Regulamento Técnico nº 02/02 e as medidas mitigadoras a serem aplicadas.
 16. A empresa deverá:
 - Dotar a locação do poço produtor, de caixas separadoras/coletoras de fluidos (padrão API), dimensionadas para conter fluidos resultantes de eventuais vazamentos.
 - Revegetar com gramíneas nativas da região, os taludes dos aterros das locações, para protegê-los contra a erosão e reduzir o impacto visual.
 17. Qualquer situação de emergência relativa aos procedimentos na perfuração do poço exploratório terrestre vertical de extensão 3-CP-1875-SE e outras condições estabelecidas nesta licença, deverá ser comunicada a Adema dentro de 24 horas seguintes ao fato, com descrição das causas e providências tomadas para sua correção, não isentando a empresa da aplicação das penalidades cabíveis.
 18. A operação e armazenamento do combustível diesel em contêineres para atendimento das atividades de perfuração do poço exploratório terrestre vertical de extensão 3-CP-1875-SE deverá ser realizada em obediência a segurança e procedimentos de evitar contaminação ao meio ambiente.
 19. Qualquer alteração relativa aos trabalhos para a perfuração do poço exploratório terrestre vertical de extensão 3-CP-1875-SE, na Bacia Sedimentar de Sergipe/Alagoas, deverá ser encaminhada a Adema, acompanhada da respectiva justificativa, para análise.
 20. O não cumprimento das condições estabelecidas nesta licença implicará na aplicação das penalidades previstas na Legislação Ambiental vigente.

21. Esta licença não exclui nem substitui outras Licenças exigidas pelas Legislações Federal, Estadual e Municipal com jurisdição na área.
22. A Adema, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a presente Licença, quando ocorrer:
- Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.
 - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a Licença.
 - Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
 - Superveniência de normas técnicas e legais sobre o assunto.

A aceitação desta licença está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.adema.se.gov.br>>

Licença emitida com base na Lei Estadual Nº 5.057, de 07 de Novembro de 2003, Artigo 4º, Inciso VIII.

Emitida às 08:45:20 do dia 09/07/2014 <hora e data de Brasília>.

Conforme Processo ADEMA 2014-003327/TEC/LPPER-003 e Parecer Técnico PT-11773/2014-1721

Válida até 09/07/2015

Código de controle da licença: 695be7c0a6543846459139395bd462a1

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Decreto Nº 6.514/2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas quem:

II - deixa de atender a condicionantes estabelecidas na licença ambiental.